

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 597.790 - RJ (2014/0270099-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : **ALDAHYR BARCELOS GUIMARÃES**  
**ADVOGADOS** : **RENATO NAPOLITANO NETO E OUTRO(S) - SP155967**  
: **JOSÉ EDUARDO ALBUQUERQUE RODRIGUES - RJ087905**  
**AGRAVADO** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**PROCURADOR** : **PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ALDAHYR BARCELOS GUIMARÃES contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, em desafio a acórdão que reapreciou os aclaratórios por força de provimento ao REsp 1.166.683/RJ, o qual foi assim ementado (e-STJ fl. 337):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGADA OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. CUMPRIMENTO DE DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS PARA MANTER O V. ACÓRDÃO EMBARGADO.

- Recurso objetivando a alteração do *decisum*, sob o fundamento de que este apresenta omissão e contradição.

- Configurada a correção do V. Acórdão embargado, na medida em que reconheceu a impossibilidade das sucessoras da Impetrante falecida pretenderem discutir o valor da pensão por morte, em sede mandamental.

- Verificada, ainda, a necessidade de cumprimento do disposto no art. 730 do CPC, por se tratar de execução por quantia certa contra a Autarquia Previdenciária, conforme expressamente previsto na lei processual civil vigente.

- Constatado, também, que a expedição de precatório a parte incontroversa deverá aguardar a manifestação obrigatória da Autarquia Previdenciária sobre o valor da execução.

- Rejeição dos embargos.

Os subsequentes embargos de declaração foram novamente rejeitados (e-STJ fls. 349/356).

No especial obstaculizado, a recorrente reiterou a preliminar de ofensa ao art. 535, II, do Código de Processo Civil/1973, alegando que, "ao reapreciar a matéria", o Tribunal "persistiu na omissão" acerca da "premissa admitida pelo próprio acórdão [...] de que o recorrido já se pronunciou acerca do montante que entende devido, fl. 194" (e-STJ fl. 379).

Segundo aduziu, a "manifestação sobre o tema se fazia relevante, pois se o recorrido já reconheceu como legítima uma parte do débito ao admitir que 'o valor a que se chega é de R\$ 72.348,15', fl. 107, não há que se aguardar nova manifestação sobre mesmo ponto, ou seja, essa parcela já é incontroversa" (e-STJ fl. 380).

"Ao deixar de se pronunciar sobre a questão", sustenta que "o

Tribunal local impôs à recorrente um ônus, privando-a de dar continuidade ao processo e retardando, de forma injustificável, o já demorado ressarcimento, situação agravada por se tratar de verba alimentar" (e-STJ fl. 380).

No mérito, alegou violação do art. 739-A, § 3º, do CPC/1973, sustentando estar consignado, no próprio acórdão, que uma parte do débito já foi reconhecida pela autarquia. Dessa forma, "não há como deixar de reconhecer o direito da recorrente de, desde já, ver expedido precatório da parte que lhe cabe, qual seja, 50% (cinquenta por cento) do valor apontado como devido pelo recorrido" (e-STJ fl. 381).

Defendeu, ainda, a negativa de vigência dos arts. 183 e 467 do CPC/1973, na medida em que, apesar de o recorrido não ter impugnado os cálculos apresentados no momento oportuno, o acórdão concedeu, indevidamente, nova oportunidade para se manifestar e discutir os termos da condenação e as quantias devidas.

Apontou, outrossim, negativa de vigência do art. 475-B do CPC/1973, por permitir a abertura de um processo executivo ao determinar a citação do recorrido na forma do art. 730 do mesmo código processual. Contudo, conforme jurisprudência do STJ, o mandado de segurança não comporta, em si, um processo autônomo para cumprimento da decisão nele proferida.

Requeru, ao fim, seja provido o recurso, a fim de que seja determinada a expedição do precatório referente à metade do valor constante dos cálculos até o falecimento do impetrante; ou, sucessivamente, do montante incontroverso, já reconhecido pelo recorrido.

Após apresentação de contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que inexistiu negativa de prestação jurisdicional, que incidia a Súmula 126 do STJ e que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra na Súmula 7 do STJ.

Na presente irresignação, a agravante sustenta que a omissão foi patente, que interpôs o recurso extraordinário e que a solução da demanda não requer o reexame de matéria fática, mas apenas a interpretação da legislação vigente.

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 453/456).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo, motivo pelo qual passo a analisar o recurso especial (e-STJ fls. 376/387).

De início, verifico que não merece acolhimento a pretensão de reforma do julgado por negativa de prestação jurisdicional, porquanto o que se constata é apenas entendimento discordante com a pretensão da recorrente (e-STJ fls. 333/334):

Com relação à alegada prescrição, cabe ressaltar que bem andou o douto Julgador de primeiro grau, ao ressaltar a impossibilidade da Impetrante pretender discutir o valor da pensão por morte de Raul Bailly Guimarães, eis que, com o falecimento da Impetrante a habilitação das sucessoras teria por objetivo apenas a cobrança das verbas pretéritas. Ademais, vale acrescentar que, em se tratando de execução por quantia certa, correta a decisão impugnada de primeiro grau, ao determinar a citação da Autarquia para os fins do disposto no art. 730 do CPC, até porque a lei estabelece expressamente a necessidade do ente público discutir os valores apresentados pelo Exequente.

No que tange à expedição de precatório da parte incontroversa, igualmente, deve ser registrado que, após a manifestação da Autarquia sobre os valores objeto da execução, caberá a eventual liberação de precatório referente à parte incontroversa, mas, repita-se, tal procedimento só poderá ocorrer, após cumprido o ditame legal insculpido no art. 730 do CPC.

Finalmente, quanto à questão do pagamento do crédito em observância ao disposto no art. 100 da Carta Constitucional, vale ressaltar que tal procedimento também deverá ser objeto de análise pelo Magistrado que preside o processo executório, após cumpridas as formalidades legais, eis que se trata de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, conforme previsto na lei processual civil vigente.

Nestas condições, torna-se forçoso reconhecer que não está a merecer qualquer reparo a dita decisão agravada que, na verdade, apenas constatou a impossibilidade de serem discutidas questões meritórias em sede mandamental, pelas sucessoras da Impetrante falecida, além de determinar o cumprimento do disposto no art. 730 do CPC, por se tratar de execução por quantia certa contra a Autarquia previdenciária.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. De acordo com a norma prevista no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida ou erro material.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. "A ação rescisória não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, visando à mera rediscussão do mérito da causa, dado seu caráter excepcional" (AR 5.696/DF, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 07/08/2018).

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl na AR 5.306/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2019, DJe 27/09/2019).

No mais, do exame dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem negou provimento ao agravo de instrumento da ora recorrente, mantendo o *decisum* que determinou a citação da autarquia por haver "grande discrepância" entre os valores em litígio, *in verbis* (e-STJ fl. 208):

Assim, passando ao exame do mérito propriamente dito, tenho que deva ser mantida a decisão agravada (fl. 24), no sentido de dar oportunidade à Autarquia Federal de opor embargos, nos termos do art. 730 do CPC, ante a existência de grande discrepância existente entre os valores reclamados pela Agravante através da memória de cálculo apresentada nas fls. 86/101 e os valores reconhecidos pelo INSS impugnação de fls. 103/104.  
Isto posto, nego provimento ao agravo de Instrumento.

Em se tratando de execução contra a Fazenda Pública, mesmo em ações mandamentais, esta Corte possui idêntica compreensão no sentido de que, havendo impossibilidade de pagamento imediato ou, ainda, discordância no tocante à obrigação de pagar, o feito deve observar o rito do art. 730 do CPC/1973, como reconhecido pelas instâncias de origem.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. REPARAÇÃO ECONÔMICA. ANISTIA DE MILITAR. DIREITO LÍQUIDO E CERTO AO INTEGRAL CUMPRIMENTO DA PORTARIA ANISTIADORA, ENQUANTO NÃO CASSADA OU REVOGADA. CONCESSÃO INTEGRAL DA SEGURANÇA. SOBRESTAMENTO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO JURÍDICO.

1. As portarias que concederam anistia política e ainda estão vigentes, muito embora pendente procedimento para sua eventual revisão, conferem ao anistiado direito líquido e certo.

2. **Havendo recursos orçamentários disponíveis, deve-se providenciar o pronto pagamento do crédito ou, se assim não for possível, mediante o regular processo de execução contra a Fazenda Pública, com a expedição de precatório, nos termos do art. 730 do CPC.**

3. Não há fundamento jurídico para o sobrestamento do feito, observando-se apenas que a expedição e a execução do precatório pelo qual se dará o pagamento dos efeitos financeiros retroativos reconhecidos nos presentes autos como devidos ficarão suspensas caso a portaria que concedeu a respectiva anistia venha a ser anulada (Questão de Ordem no MS 15.706/DF).

4. São exigíveis na via mandamental os consectários legais (juros e correção monetária) incidentes sobre o valor nominal previsto da Portaria de concessão da anistia. Precedentes.

5. Agravo interno da União não provido.

(AgInt no MS 23.163/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2019, DJe 18/06/2019) (Grifos acrescidos).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. ORDEM CONCEDIDA. TDA. EXPURGOS. JUROS MORATÓRIOS E COMPENSATÓRIOS. SILÊNCIO QUANTO AO TERMO INICIAL E FINAL DOS JUROS. ÍNDICE APLICÁVEL PARA CORREÇÃO DOS JUROS NÃO PAGOS. IMPUGNAÇÃO QUANTO À TITULARIDADE DOS TDA'S. IMPOSSIBILIDADE. PRECATÓRIO. EXPEDIÇÃO. PARCELA INCONTROVERSA. POSSIBILIDADE.

1. A sentença proferida em sede de Mandado de Segurança, em regra, possuir caráter mandamental, e, por conseguinte, tem como característica sua

executoriedade imediata, motivo pelo qual, em princípio, dispensa execução ex intervalo.

2. Os embargos à execução de sentença concessiva de Mandado de Segurança, da mesma forma e, em princípio, revelam-se inadmissíveis, uma vez que raciocínio inverso conspiraria contra a *ratio essendi* do referido remédio constitucional.

3. Os incidentes processuais que visem de forma direta ou indireta, obstruir o cumprimento de sentença concessiva de mandado de segurança devem ter o seu seguimento obstado sob pena de contrariar norma constitucional garantidora da efetiva entrega da prestação jurisdicional referente a direito líquido e certo reconhecido por decisão transitada em julgado.

4. A execução de sentença concessiva da segurança, não obstante, tem sido admitida, muito embora imprópria, quando da ordem mandamental exsurge obrigação de pagar, que suscita embargos correspondentes. Neste sentido, pronunciou-se a Primeira Seção, "(...)1. O mandado de segurança, assim como as ações com força executória, não ensejam execução, tendo o título sentencial o condão de fazer prevalecer a ordem judicial de imediato. 2. Há hipóteses em que contém a ordem mandamental obrigação de pagar, nascendo daí a idéia de uma imprópria execução.(...)" (Edcl nos Edcl na PET n.º 2.604/DF, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 04.06.2007).

5. In casu, a controvérsia instaurada com a execução da sentença do MS n.º 3716/DF, referiu-se quanto ao termo a quo dos juros moratórios e compensatórios, uma vez que cumprida a obrigação principal referente à incidência dos expurgos inflacionários de correção de TDA's emitidas para fins de pagamento de indenização oriunda de ação de desapropriação, tendo sido opostos embargos à execução, pela União, aduzindo que os títulos custodiados não estão com a titularidade comprovada, além de apontar excesso de execução.

6. Os juros moratórios, como cedido, incidem a partir da data da impetração até o efetivo pagamento, e os juros compensatórios tem como termo a quo a data de resgate de cada título e termo ad quem a data da impetração, sendo vedada a cumulação dos juros, matéria que, inclusive, encontra-se preclusa porquanto não foi objeto de impugnação.

7. A eficácia preclusiva do julgado impede que a parte renove, no processo de execução contra a Fazenda Pública, matérias que deveriam ser suscitadas no processo de cognição, salvo a ausência de citação no caso de revelia (art. 741, I, do CPC), hipótese em que os embargos revelam nítido caráter rescindente, motivo pelo qual, insindicação, nesta sede a discussão quanto à titularidade dos TDA's cujo direito líquido e certo à atualização pelos índices expurgados foi reconhecido em sentença trânsito proferida em sede de Mandado de Segurança, além de já terem sido pagos referidos valores.

8. A parte impetrante do *writ* é legitimada à execução da ordem sendo defeso discutir em embargos matérias transitadas em julgado.

9. O termo *ad quem* de incidência dos juros moratórios deve ser o efetivo pagamento dos expurgos, haja vista que os mesmos têm por finalidade ressarcir o exequente pela demora no pagamento.

10. O índice de correção monetária a ser utilizado para atualização dos precatórios referentes aos juros moratórios incidentes sobre os TDA's já resgatados não deve ser a TR, porquanto o mesmo, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 8.177/91, refere-se à atualização dos TDA's, não sendo, portanto, impositiva a sua incidência, devendo ser aplicado o IPCA - índice adotado para a correção monetária do período.

11. Restando controverso o quantum relativo aos juros moratórios e compensatórios, objeto de inúmeros cálculos, impõe-se acatar o laudo oficial, em sua primeira opção de cálculos (fls. 201/216) elaborado pela Coordenadoria de Execução Judicial da Seção, tanto mais que fundamentada a mesma em precedentes do Tribunal, verbis: "No grupo de planilhas de fls.

201/216, o valor total apurado no Quadro Resumo 01, no montante de R\$ 8.224.957,04 (oito milhões duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos, foi obtido segundo os parâmetros abaixo: > incidência de juros compensatórios, da data em que o título deveria ser resgatado até a impetração;

> juros moratórios, da impetração até o efetivo pagamento dos títulos em questão;

> somente correção monetária até agosto/2006 do valor remanescente apurado na data do pagamento do principal pela variação da UFIR e, após a extinção dessa, pela variação do IPCA-E (IBGE), índice oficial utilizado nas correções de dívidas da União e, também, na atualização de precatórios, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO n.º 11.178/2005, art. 26, § 4º) > foi considerada, como data limite para incidência dos juros moratórios, aquela do efetivo pagamento do valor principal dos títulos.

> não há cumulação dos juros moratórios sobre os compensatórios (ambos têm como base o valor principal recebido)" 12. O procedimento executório contra a Fazenda de obrigação de pagar quantia certa é aquele estabelecido nos arts. 730 e 731 do CPC que, em se tratando de execução provisória, deve ser compatibilizado com as normas constitucionais.

13. Os parágrafos 1º, 1º-A, ambos com a redação da EC n. 30, de 13/09/2000, e 3º do art. 100 da Constituição, determinam que a expedição de precatório ou o pagamento de débito de pequeno valor de responsabilidade da Fazenda Pública, decorrentes de decisão judicial, mesmo em se tratando de obrigação de natureza alimentar, pressupõem o trânsito em julgado da respectiva sentença.

3. A possibilidade de expedição de precatório da parcela incontroversa em sede de execução contra a Fazenda Pública é matéria pacificada pela Corte Especial do E. STJ (ERESP n.º 721.791/RS; EREsp 638620/S, EREsp 658542/SC)

14. O indeferimento de pedido de expedição de precatórios para aquelas parcelas que se tornaram preclusas e, via de consequência, imodificáveis, atenta contra a efetividade e a celeridade processual.

15. Agravos regimentais desprovidos para manter a decisão que adotou os cálculos apresentados às fls. 201/216, pela Coordenadoria de Execução Judicial, referente ao "Quadro Resumo 01", bem como, aquela que deferiu a expedição de precatório da parcela incontroversa.

(AgRg na Pet 1.571/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2008, DJe 04/06/2008).

Ademais, conforme registrado no julgado supra, "a possibilidade de expedição de precatório da parcela incontroversa em sede de execução contra a Fazenda Pública é matéria pacificada pela Corte Especial do E. STJ (ERESP 721.791/RS; EREsp 638.620/S, EREsp 658.542/SC)".

Contudo, tal como decidido pelo acórdão recorrido, a possibilidade de executar parcela incontroversa será aferida após eventual manifestação da autarquia nesse sentido, como por exemplo, no caso de os embargos à execução serem parciais.

Sobre o tema, cito, ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.

TRIBUTÁRIO. ABONO DE PERMANÊNCIA. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. A orientação da Corte Especial do STJ é no sentido de que, em Execução

contra a Fazenda Pública, é possível a expedição de precatório referente à parcela incontroversa do crédito, ou seja, em relação ao montante do valor executado que não foi objeto de Embargos à Execução.

3. Cumpre registrar que, no âmbito federal, a orientação do STJ foi consolidada na Súmula 31/AGU, in verbis: "É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública."

4. O abono de permanência é indubitavelmente vantagem pecuniária permanente, pois essa contraprestação se incorpora ao patrimônio jurídico do servidor de forma irreversível ao ocorrer a reunião das condições para a aposentadoria. Não é, portanto, possível atribuir eventualidade ao pagamento da citada vantagem, pois somente com o implemento da aposentadoria ele cessará.

5. O STJ, sob o regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 8/2008, já se manifestou sobre a natureza jurídica do abono de permanência para fins tributários, de forma a assentar o seu caráter remuneratório.

6. O mesmo se diga em relação ao auxílio-alimentação, porquanto o Superior Tribunal de Justiça entende que tal verba, quando paga em dinheiro, possui natureza remuneratória.

7. Recurso Especial desprovido.

(REsp 1.607.418/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 12/09/2016).

Sem majoração da verba honorária (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado Administrativo 7 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator